5

As relações passionais

Antes de me debruçar sobre as relações passionais tal como Piera Aulagnier propôs, julgo importante fazer uma breve apresentação sobre as idéias de André Green que, assim como ela, valorizou o campo das paixões. Em 1980, um ano após a publicação de “Os destinos do Prazer”, Green escreveu um interessante artigo chamado “As paixões e suas vicissitudes” (1988), no qual faz a seguinte constatação: “Hoje existe pouca discussão sobre a paixão na psiquiatria e quase nenhuma na psicanálise” ³¹ (Green, [1980] 1988: 221). Segundo ele, a literatura sempre veiculou uma articulação entre a loucura e a paixão que, com o nascimento da psiquiatria, acabou sendo isolada naquilo que Clérambault (1942) definiu como “*Psychoses Passionelles*”, ou seja, a erotomania. A psicanálise, por sua vez, também teria se eximido de dedicar um maior interesse a esta temática. O autor levanta algumas hipóteses sobre as razões disso. A primeira diz respeito ao fato de que, para a psicanálise, todos os delírios seriam fruto de paixões reprimidas. Green não fica satisfeito com essa justificativa e, por isso, avança. Formula uma segunda hipótese que remete à cegueira de Freud em relação à loucura. Segundo ele, Freud construiu a psicanálise a partir da neurose e considerava que as neuroses narcísicas – que correspondem às psicoses da psiquiatria tradicional – são inanalísáveis. Além disso, a abordagem que ele fez da neurose não contemplava a loucura e a paixão que ela transmitia. Green baseia-se em diferentes escritos de Freud, nos quais ele se detém ao longo do artigo para defender a sua idéia: a paixão e a loucura que em torno dela circula devem ser valorizadas não como um índice de algo que está fora do campo da razão, mas

dever-se-ia enfatizar o elemento afetivo, apaixonado que modifica a relação do sujeito com a realidade, elegendo um objeto parcial ou total, tornando-se ligado mais ou menos exclusivamente a ele, reorganizando a sua percepção do mundo em seu redor e lhe dando uma áurea única e insubstituível pela qual o eu é cativado e alienado” (Green [1980] 1988: 226).

³¹O autor faz uma ressalva ao trabalho de Daniel Lagache (1947) sobre o ciúme amoroso.

Conforme mencionado, Green interessou-se em re-visitatar a discussão sobre o lugar do afeto na psicanálise na medida em que ele considera que este não recebeu a importância que merecia, uma vez que esteve preterido em relação à representação (em Freud até 1923, e na psicanálise francesa de inspiração lacaniana). Ele acredita que ampliar o campo da paixão e, com ele, o da loucura, significa reconhecê-la e estar mais bem equipado para transformá-la através da análise, providenciando para que Eros vença sobre as pulsões destrutivas. Esta abertura na escuta analítica requer, então, que o analista reconheça a verdadeira dimensão do afeto. “Aplicar a força plena da paixão de transferência é, sem dúvida, exaustivo, mas é o preço a ser pago pelo analista caso a análise deva ser bem sucedida. Desnecessário dizer que a contratransferência vem aqui para o primeiro plano” (Green [1980] 1988: 244).

Esta passagem é preciosa porque convoca a não nos furtarmos diante das dores de ser analista. Vivemos um momento sócio-político-econômico bastante conturbado que, dentre outros fenômenos, imprime uma velocidade à mudança dos acontecimentos jamais vista. Se, por um lado, as subjetividades, como intersubjetividades, estão mergulhadas neste cenário, e isto não é sem conseqüências, por outro lado, as estruturas psíquicas não têm a capacidade de se modificar com a mesma velocidade. Além disso, não se pode esquecer que, enquanto psicanalistas, é preciso estar mais atentos à Outra cena, à qual a realidade psíquica remete, e na qual o tempo não vigora. Sendo assim, a melhor forma de acolher os sujeitos que hoje procuram análise - assolados por suas angústias que, por sua vez, estão revestidas com as roupagens próprias ao século XXI – é ampliar a escuta através da interlocução com psicanalistas que, assim como eu, estejam preocupados com a hegemonia da clínica.

Aulagnier (1979) concebeu as relações passionais como o protótipo das relações assimétricas, em contraposição às relações simétricas representadas pelas relações amorosas. Ela definiu como assimétricas duas formas de relação. A relação passional estabelecida com a droga, com o jogo ou com o outro amado apaixonadamente - da qual a alienação é uma das variantes. E a relação que o psicótico estabelece com o outro enquanto representante e garantia da existência da realidade. Apesar de essas relações serem bastante diferentes, elas possuem um ponto em comum: o poder de causar prazer e sofrimento intensos presente entre os dois parceiros aponta para uma diferença qualitativa e não mais quantitativa.

No que diz respeito à relação passional, duas são as situações possíveis: na primeira, o Eu “apaixonado” é inexistente para o objeto que ele investiu passionalmente – como no caso do jogo e da droga. Na segunda, o objeto – no caso do outro amado apaixonadamente - só reconhece neste “Eu apaixonado” um poder de prazer, jamais de sofrimento. No caso do psicótico também temos duas possibilidades: na primeira, os outros dos quais o psicótico tem necessidade não reconhecem o índice de realidade de seu próprio Eu. Na segunda, eles só reconhecem seu poder ansiogênico, de sofrimento, jamais um poder de proporcionar prazer.

Minha proposta é analisar o primeiro caso – as relações passionais - porque ele abre um flanco para refletir sobre uma clínica que, muitas vezes, não se encaixa bem no registro da neurose e também não se configura como um funcionamento psicótico propriamente dito. Ou seja, estamos diante de uma terceira categoria constituída a partir da análise de sujeitos extremamente comprometidos psiquicamente e que, diferentemente dos psicóticos, não têm a possibilidade de lançar mão de um pensamento delirante para dar conta de seu sofrimento.

Aulagnier (1979) considera que a análise que ela propõe sobre a problemática necessidade-prazer nas relações passionais é muito próxima daquela desenvolvida por Joyce McDougall sobre determinados sujeitos que são “obrigados” a transformar a realidade de modo que ela fique de acordo com o seu mundo interior sem, para isto, fazer apelo ao delírio (Aulagnier,1979: 174). A problemática que ela apresenta sob a designação das “relações passionais” pode ser extremamente útil para pensar determinadas questões escutadas com muita frequência nos consultórios, sobre as quais, muitas vezes, sentimo-nos com poucos recursos para manejá-la.

Antes de passar a essas relações, todavia, é importante situar aquilo que a autora designou como “relação amorosa” como contraponto à “relação passional”.

5.1

A relação amorosa: protótipo das relações de simetria

Aulagnier começou a teorizar sobre as relações de simetria a partir do que ela designou como o “outro-pensado” (Aulagnier, 1979: 124), isto é, a mediação

necessária entre o Eu e o Eu do outro investido. Através deste termo, ela valoriza o fato de o Eu possuir uma representação psíquica do amado e da relação que se estabelece com ele. Esta “relação pensada” (Aulagnier, 1979: 124) tem duas funções: a primeira é garantir um suporte à libido nos momentos em que o outro amado está ausente. A segunda é assegurar uma relativa estabilidade do investimento nos momentos de conflito, de modo que este não ultrapasse certa intensidade.

Além disso, ela chama atenção para um caráter específico da “relação pensada”: o fato de ser dizível, de poder ser formulada em palavras e, por isso, ser comunicada. A autora retoma a metáfora freudiana da ameba e dos seus pseudópodes referente ao narcisismo, afirmando que “os fios, os laços que partem de um Eu ao Eu de outro são, inicialmente, laços verbais” (Aulagnier, 1979: 126). O desejo do Eu é sempre um desejo falado, um desejo de ser reconhecido pelo outro como destinatário e anunciante de uma palavra de desejo. Aulagnier é categórica ao afirmar que o apoio na fala é uma exigência para o investimento do Eu.

Na medida em que no registro do Eu a relação libidinal estabelece-se entre estes três termos: o Eu que investe, a relação pensada com o outro e o outro tal como ele apresenta-se na realidade, deparamo-nos com a seguinte pergunta: Qual é a relação entre esta “relação pensada” e o Eu do outro? De saída, ela marca uma diferença. A “relação pensada” é sempre diferente da relação que conseguimos estabelecer com o outro. Para a autora, temos três razões para isto. A primeira diz respeito ao fato de existir um limite para o conhecimento que o Eu pode ter do outro, conseqüência do limite do próprio auto-conhecimento. A segunda gira em torno do fato de que o outro pensado é sempre mais próximo do outro esperado do que do outro real. “A tentação da idealização fonte de um “a-mais” de prazer para o Eu que idealiza encontra menos obstáculos quando concerne ao encontro pensado” (Aulagnier: 1979: 128). A terceira é uma conseqüência necessária da anterior: o outro pensado é uma reconstrução, um resultado do trabalho de pensamento do Eu.

Apesar desta diferença, é preciso que se opere uma junção entre a “relação pensada” ou o representante ideativo e o Eu real. Esta junção, contudo, precisa ser sucedida pelo reconhecimento de uma distância entre estes termos. Distância porque o prazer de dar prazer deve ser proporcional ao prazer de decepcionar, de

não-resposta. Em função disto, Aulagnier insistiu na economia da relação amorosa, na medida em que ela ajuda a esclarecer a dinâmica estabelecida entre o Eu e a realidade, pois possui duas características que devem ser destacadas: a simetria e a interdependência presentes na relação entre dois Eus. “O que Eu espero, o que Eu demando e o que Eu preciso receber do outro é também o que o outro precisa me pedir e esperar do meu Eu enquanto existente e desejante autônomo” (Aulagnier, 1979: 134).

Para o Eu, a realidade é percebida como um espaço ocupado pelo conjunto de vários Eus, isto é, o Eu dos outros. Quando o Eu encontra a realidade, ele encontra uma realidade já investida pelo outro, uma realidade na qual ele quer ter um lugar que lhe permita ser e permanecer um objeto investido. Por outro lado, esta mesma realidade vai lhe designar um lugar e uma função de acordo com o prazer que os outros esperam dele como recompensa pelo seu investimento. Sendo assim, como administrar esta dança? Esta dimensão de reciprocidade, de interdependência é importante para que o potencial de conflito presente em qualquer relação significativa não ultrapasse o limite do potencial, tornando-se manifesto. Esta também é a condição para que uma relação de amor permaneça exequível.

Amar implica e exige que o Eu tenha podido diversificar e preservar um número de destinatários para as suas demandas de prazer. Numa relação amorosa o que está em jogo é a capacidade de deslocamento e mobilidade dos investimentos de acordo com os diferentes momentos da existência ou do cotidiano. O amor pressupõe partilha ou pelo menos a ilusão desta partilha. Por relação de simetria, Aulagnier define uma relação onde:

Cada um dos dois Eus é para o Eu do outro objeto de um investimento privilegiado no registro do prazer, privilegiado não quer dizer exclusivo. E uma relação na qual cada um dos dois Eus se revela ao outro e é reconhecido pelo outro como **fonte de um prazer privilegiado e também como detentor de um poder de sofrimento igualmente privilegiado** (Aulagnier, 1979: 170-71 - grifo da autora).

Portanto, a relação de simetria é definida por este “e” que liga prazer e sofrimento. Não há, como nas relações passionais, a preponderância de um em relação ao outro. Neste sentido, podemos dizer que a simetria é uma reciprocidade do poder afetivo através que um dos parceiros exerce sobre o outro. Ainda que

esta simetria nunca seja perfeita, ela é suficiente para proteger o ‘Eu amante’ de uma situação de dependência absoluta, fonte de uma angústia avassaladora.

Este tipo de relação só aparece depois de ultrapassada a infância. O tipo de relação que se estabelece entre a criança e a mãe, especialmente na primeira fase desta relação, ao contrário, não se encaixa no registro da simetria. Por quê? Apesar da aparente reciprocidade na relação *infans*-mãe, não há simetria entre o lugar que a criança ocupa para a mãe e aquele que a mãe ocupa para a criança.

O *infans* é um objeto privilegiado do investimento materno. Entretanto, este privilégio não o transforma em objeto exclusivo já que, a despeito do amor por seu filho, a mãe normalmente preserva outros interesses. A relação que a mãe estabelece com o Eu antecipado é uma relação a-conflitual, na medida em que os desejos identificatórios que ela formula em nome da criança não são confrontados, neste primeiro momento, com os desejos que a criança poderia formular. Além disso, o *infans* satisfaz um desejo da mãe, sem dúvida essencial, mas não todos os seus desejos.

O que ocorre do lado da criança que ultrapassou o estágio de *infans*, através do reconhecimento do Eu do outro e, portanto, da realidade, é a descoberta de um Eu, o Eu da mãe, cuja presença e investimento são necessidades vitais. Além disso, o investimento desse primeiro objeto obedece a uma escolha compulsória, na medida em que a criança não tem nenhuma ingerência sobre ela. É um objeto insubstituível, que não pode faltar e que orienta em sua direção a totalidade da libido, com exceção do investimento que o sujeito também fará em seu corpo, em suas zonas sensoriais e em suas funções.

Por isso, Aulagnier afirma que as características que definem o investimento do Eu materno pelo Eu da criança são correlatas àquelas segundo as quais ela define a relação passional. O objeto da paixão é um objeto insubstituível e necessário porque responde a um desejo que se tornou uma necessidade. Sendo assim, é através de uma relação passional que a criança – futuro homem - encontra o amor (Aulagnier, 1979: 138).

Antes de apresentar as relações passionais, abrirei uma seção para tratar da alienação que, segundo a autora, é uma variante da relação passional. Esta noção ocupa um lugar muito particular na obra de Aulagnier porque ela é proposta pela autora em um sentido absolutamente original a fim de indicar uma saída para o conflito identificatório que estaria entre a neurose e a psicose. A noção de

alienação possui uma faceta interessante: toda a sua riqueza clínica parece ser mais bem aproveitada quando associada às relações que a autora descreve como sendo relações passionais por excelência, quais sejam, a relação com a droga, com o jogo e com o outro amado apaixonadamente.

Mijolla-Mellor (1998) corrobora essa opinião. Segundo ela, quando Aulagnier escreve que a alienação é uma variante da relação passional, parece que ela restringe a capacidade de compreensão da noção de alienação tal como ela definiu. Entretanto, a seqüência da sua descrição das relações passionais mostra, ao contrário, a presença da alienação como componente fundamental dessas relações permitindo caracterizá-las como tal. Em função disto, apresentarei uma seção sobre a alienação que, ainda que não seja idêntica a uma relação passional no sentido estrito, responde à mesma economia psíquica. Em seguida, as relações passionais, tais como concebidas pela autora, serão examinadas.

5.2

A alienação: uma variante das relações passionais

Aulagnier (1979) concebeu o estado de alienação como um destino que a busca de prazer pode impor ao nosso pensamento e aos nossos investimentos. Com esta noção Aulagnier circunscreveu uma “patologia” particular dos investimentos que não se enquadra nem no registro da neurose, nem no registro da psicose. Alienar o pensamento à ideologia identificatória defendida por outro, significa optar por novas referências, cujo investimento seria mais seguro, mais fácil e mais constante. Por outro lado, significa desinvestir os próprios projetos e ideais. Isto implica em recolher o investimento no tempo futuro em benefício da idealização maciça de um projeto já realizado. O desejo de alienar, assim como o desejo de auto-alienação, tem uma dupla fonte: a primeira é a esperança de tornar menos insistente, menos freqüente e menos dramática a experiência da dúvida e do conflito entre o Eu e os seus ideais. A segunda - e aí está a sua desmesura - é a exclusão de qualquer dúvida, conflito e, portanto, sofrimento. O preço pago para conseguir esse feito é o seguinte: “o Eu é obrigado a condenar à morte as partes de sua própria atividade de pensamento que lhe permitem diferenciar-se daquilo que seria apenas uma atividade de repetição, de memorização e de retomada em eco de um já pensado de maneira definitiva por outro” (Aulagnier, 1979: 15).

Esta terceira via de saída para o conflito identificatório é imposta ao sujeito porque os acontecimentos singulares de sua história pessoal erodiram sua tolerância ao conflito, e o ambiente no qual ele se encontra o confronta efetivamente com injunções absurdas e paradoxais, com demandas que tornam impossível qualquer resposta que não seja marcada pelo compromisso que a alienação efetua na atividade de pensar. Sendo assim, Aulagnier define por esse termo “um destino do Eu e da atividade de pensar que visa um estado a-conflitual, através da abolição de todas as causas de conflito entre o identificador e o identificado e, **também**, entre o Eu e os seus ideais, o que implica esperar a abolição de qualquer conflito entre o Eu, seus desejos e os desejos dos outros por ele investidos” (Aulagnier: 1979: 37).

É interessante que ela reconhece que este desejo e esta esperança de abolir toda situação de conflito e, por isso, de sofrimento é compartilhada por todos os sujeitos. No entanto isto não a impede de apontar uma diferença radical: o estado de alienação é aquele que representa o extremo limite que o Eu pode alcançar na direção deste desejo, sendo este limite determinado pela morte efetiva do pensamento e, com ela, do sujeito.

A noção de alienação abre um novo campo de investigação psicanalítica que vem articular o individual e o coletivo. Contudo, como Mijolla-Mellor (1998) ressalta, a alienação, mesmo sob a forma social, não se reduz apenas a um fato exterior. Trata-se da “escolha” de um sujeito. Por isso, ela formula as seguintes perguntas: qual a finalidade dessa ‘escolha’? A que necessidade ela responde? (Mijolla-Mellor, 1998: 70). Logo de saída, a autora afirma que a alienação aparece como um fracasso no trabalho de des-idealização da própria imagem infantil - herdeira do narcisismo parental e dos ideais parentais -, que deve ser realizado pelo Eu.

A alienação é uma patologia da idealização e, por isso, da identificação. O que acontece é que esta des-idealização não consegue ultrapassar o compromisso que será a fonte do estado de alienação no qual o Eu pode bascular. O Eu infantil pode ser capaz de renunciar à sua imagem idealizada, mas preservará ‘em suspenso’ a idealização da imago parental, que será projetada sobre outro que aparecer na cena da realidade. A alienação, na sua forma mais radical e mais trágica, acarreta uma des-realização do percebido muito parecida com a que ocorre na psicose. A diferença é que esta faz apelo às representações

fantasmáticas enquanto a primeira faz apelo ao que a autora designou de “representações discursivas”.

Além disso - este é um ponto em comum com as relações passionais – “a força alienante tem a estranha característica de satisfazer, simultaneamente, os objetivos de Eros e os de Tânatos, tornando possível uma temporária e sempre precária fusão pulsional que impõe silêncio ao conflito do mesmo nome e ao conflito identificatório” (Aulagnier, 1979; 14). Esta é uma característica comum ao estado de alienação e à relação passional.

Aulagnier apresenta algumas constatações sobre o estado de alienação que podem ser observadas no espaço social:

- a alienação não pressupõe, necessariamente, uma patologia pré-existente.
- ela exige o encontro do sujeito com outro que deseja alienar-se. Melhor dizendo, o encontro de um desejo de alienar-se que deve encontrar na cena social um sujeito cujo pensamento e ação induzem a alienação de uma parte ou da totalidade dos semelhantes.
- a alienação pressupõe a idealização da força alienante pelo sujeito, mas também, por muitos outros: ela não é jamais um fenômeno singular. O excesso de idealização necessário à captação do pensamento para um estado de alienação induzido pelo pensamento de outro, exige o somatório de um número de idealizações singulares efetuadas sobre um mesmo sujeito.
- diferente da psicose, o sujeito alienado não possui nenhum conhecimento sobre esse acidente sofrido pelo seu pensamento. A alienação é um estado que só pode ser percebido por um observador externo. O psicótico pode ignorar o termo psicose, apesar de ser capaz de notar o estado de dependência, exclusão, conflito e de mutilação imposta à sua atividade de pensar. A alienação pressupõe uma vivência não perceptível, nem nomeável por aquele que a vive.
- em muitos casos, a força alienante instrumentaliza a sua ação através de um texto (uma teoria científica ou religiosa) cujo autor é um sujeito freqüentemente já morto. Nestes casos, os textos servem a uma ação, a uma ideologia cujo objetivo é agir sobre outros sujeitos, aumentando o seu poder.
- o encontro alienante-alienado é a realização de um desejo de morte do pensamento presente nos dois sujeitos.

Esta enumeração das características próprias à fenomenologia da alienação tem a função de demonstrar o quanto ela se diferencia da psicose. Além disso, ela

provê instrumentos para pensar na alienação enquanto fenômeno social. Entretanto este não é o meu objetivo. A noção de alienação pode render bons frutos quando aplicada à clínica, principalmente na abordagem das relações passionais.

5.3

A relação passional: protótipo da relação de assimetria

A ‘relação passional’ é aquela na qual um objeto tornou-se para outro Eu fonte exclusiva de todo prazer, a ponto desse objeto ter se tornado uma necessidade. Em função da natureza do objeto, Aulagnier discrimina três possibilidades de relações passionais: a relação do toxicômano com o objeto droga; a relação do jogador com o jogo; a relação do Eu com o outro, isto é, a paixão dita “amorosa”.

Uma característica, contudo, diferencia as duas primeiras da terceira: no caso da toxicomania e do jogo, a experiência de prazer é mediada pela representação através da qual o sujeito pensa a realidade enquanto está sob o efeito da droga ou do tapete verde. Há uma transformação que se estabelece no registro do pensamento, mesmo porque a atividade sexual, a vivência do corpo fica em segundo plano nesses casos.

Na toxicomania, durante o tempo de ação da droga, a atividade sexual repousa e o gozo que o Eu experimenta é proveniente de uma “sensorialidade pensada”, ou melhor, uma “sensorialidade supostamente pensada” (Aulagnier, 1979: 176), já que efeito da ação dos alucinógenos. Sob o efeito da droga, a questão do verdadeiro e do falso, no que concerne à diferença entre as representações da realidade criadas por seu pensamento e a realidade que elas supõem representar, não se coloca para o sujeito. Para ele, a droga demonstra que há outras formas de existência, que é possível ver o mundo de outro jeito, e que a recusa em conhecê-la denuncia os limites que certos sujeitos se impõem. Isto explica o proselitismo do toxicômano e sua inserção em grupos de pares que compartilham a mesma dependência.

Ainda no registro do pensamento, a toxicomania é um compromisso entre o desejo de não mais pensar a realidade e a recusa ou impossibilidade de recorrer à construção delirante desta realidade. Ou, ainda, um compromisso entre o desejo

de preservar e o desejo de reduzir ao silêncio a atividade de pensamento do Eu (Aulagnier, 1979: 176). Uma clivagem particular e estranha ocorre quando o sujeito está sob o efeito da droga: ao mesmo tempo em que Eu não mede esforços para conseguir a droga, ao consumi-la, ele “se pensa” numa posição passiva de contemplação e gozo frente ao que a droga supostamente lhe oferece para pensar. Na problemática do toxicômano, o sexual enquanto possibilidade de prazer e de sofrimento pela ausência do objeto é esquecido enquanto o corpo transforma-se em lugar privilegiado de sofrimento quando privado da droga.

Quanto à paixão pelo jogo, a exclusão do social e do corpo é ainda mais evidente. O jogador desloca para o tapete verde sua impossibilidade de prever o que será o seu destino, ou seja, sua impossibilidade de lidar com o seu projeto identificatório, naquilo que ele tem de imprevisível. O jogo, então, seria uma tentativa de driblar ou dominar o desconhecido e o inesperado em relação ao próprio futuro. Este, numa repetição indefinida, é condensado pelo jogador durante as horas em que ele joga tudo o que possui (Aulagnier, 1979: 178).

Tanto no caso da droga quanto no caso do jogo, encontramos um prazer que se relaciona com a economia narcísica e, portanto, identificatória. O olhar desses sujeitos sobre a realidade, quando não estão sob o efeito da droga ou do jogo, não é dissonante dos demais, indicando, então, que não estamos no campo das psicoses. Contudo, nestes momentos, fora do efeito da droga ou do jogo – o que promove um momento de trégua entre Eros e Tanatos -, cada vez que a realidade é pensada pelo sujeito segundo o discurso do meio, ele encontra-se submerso num conflito identificatório entre o Eu e seus ideais que ele não se sente capaz de resolver. Em função disso, depois de certo limite, ele recorre ao tóxico ou ao jogo para esquecê-lo. Além disso, há um prazer cuja intensidade e valorização pelo Eu são proporcionais ao risco de morte, de destruição física ou social. Nestes casos, o sujeito pode encontrar o suicídio como última saída.

No caso da relação passional, quando outro Eu se torna objeto, ocorre uma relação distinta da relação amorosa em função da qualidade e não da quantidade: a paixão não é excesso de amor, mas amor deslocado do registro do desejo para o da necessidade. A definição que Aulagnier dá ao termo “paixão” não comporta uma relação compartilhada ou recíproca. “Pelo termo “paixão” defino a relação em que o Eu situa o Eu do outro como objeto de necessidade, tornando, portanto, o seu próprio Eu privado daquilo que apenas este objeto

poderia tornar possível (Aulagnier, 1979: 180). Para que o Eu do apaixonado possa projetar este poder desmedido e alienante no outro, é necessário que os seus mecanismos projetivos permaneçam inconscientes, facilitando que o outro apresente-se revestido de onipotência e desprovido de qualquer falta.

Antes de anunciar as hipóteses estruturais desta problemática, a autora apresenta um quadro descritivo a fim de caracterizar este tipo de relação. O Eu se pensa como capaz de oferecer prazer ao objeto e, ao mesmo tempo, incapaz de causar qualquer sofrimento. Este objeto é revestido de um poder de prazer exclusivo, ou seja, ele passa a ser o único capaz de satisfazer o que se tornou, para o apaixonado, uma necessidade de prazer. Sendo assim, ele também possui um poder desmedido no registro do sofrimento, já que o Eu apaixonado pode chegar a preferir a morte diante da ausência ou da rejeição deste objeto. Estas características têm como conseqüência o fato de o objeto da paixão ser um objeto híbrido, capaz de satisfazer simultaneamente Eros e Tânatos. Além disso, se o Eu sente-se incapaz de causar sofrimento para o objeto de sua paixão, ele acaba por convencer-se de sua capacidade de sofrimento, transformando o seu lema em “eu sofro, portanto eu amo” e não mais “eu gozo, portanto eu amo”.

Desta forma, o que caracteriza uma relação passional é a prevalência da vivência de sofrimento, seja pela rejeição efetiva por parte do objeto, seja pelo medo desta rejeição. Aulagnier chega a reconhecer que um componente sadomasoquista está sempre presente neste tipo de relação. Contudo, ela acredita que não se pode estabelecer uma equivalência entre a paixão e uma relação masoquista por três razões. Primeira: o masoquista sabe que o seu sofrimento é uma resposta ao prazer do parceiro, assim como ele não ignora que pode privá-lo deste prazer. No registro da paixão, o Eu acredita que não tem a capacidade de causar sofrimento para o outro. Segunda: o masoquista relaciona-se com outro que se engaja tanto quanto ele na relação. No caso da paixão, esta pode ser vivida com alguém que praticamente desconhece a existência do apaixonado, ao contrário da estabilidade do casal sadomasoquista. Terceira: apesar de a vivência masoquista ter potencial para favorecer uma paixão, outros traços que particularizam a organização econômica do Eu precisam estar presentes (Aulagnier, 1979: 181-2).

Há uma última e fundamental característica que compõe este quadro descritivo da paixão: a idealização. O início de uma paixão é compatível com o famoso “amor à primeira vista”: um deslumbramento passional é o que

geralmente caracteriza esse registro. Muitas vezes, o encontro ocorre por acaso “numa vida que se caracterizava pela calma e pela opacidade dos investimentos” (Aulagnier, 1979: 182). Pode ser um encontro que não foi procurado, um encontro imprevisto, que leva o sujeito instantaneamente a um estado passional, como pode ocorrer com o primeiro contato com a droga. O interessante é que Aulagnier afirma que esta idealização só precisa persistir em um único ponto: no “poder de vida” que é atribuído ao objeto da paixão. Ou seja, o apaixonado pode reconhecer que este objeto tem os seus defeitos, contudo, eles não são suficientes para retirá-lo deste lugar da necessidade.

Enfim, ao transformar o objeto de prazer em objeto de necessidade e, mais ainda, de uma necessidade cuja satisfação é vital, o estado passional destitui o Eu de suas possibilidades, inclusive, de toda responsabilidade no registro da escolha. “Objeto obrigado, prazer obrigado e, sobretudo, vida imposta” (Aulagnier, 1979: 183). O Eu vive uma eterna espera do objeto necessário, até o ponto em que esta espera passa a ser causa da sua existência. Em vários casos, o deslocamento da categoria do prazer para a categoria da necessidade não parece ter estado presente em outras experiências anteriores à passional. Tudo acontece como se o encontro com a possibilidade passional viesse, de repente, revelar ao sujeito alguma coisa que ele não sabia que estava presente em sua relação com a realidade.

A autora arrola algumas hipóteses ‘estruturais’ importantes porque avançam para além do campo descritivo, fenomenológico, numa tentativa de circunscrever o estatuto metapsicológico dessas relações passionais. A primeira delas diz respeito a uma clivagem entre o sexual e o narcísico, entre o experimentado e o pensado que acabam funcionando como se fossem adversários. No caso da droga e do jogo, como vimos, a demanda de prazer sexual fica silenciada em prol de um prazer que depende exclusivamente da atividade psíquica do sujeito. No caso da paixão ‘amorosa’ ocorre o oposto: os pensamentos, que permitem ao Eu situar-se em relação ao outro amado e ao seu estado de dependência, são reduzidos ao silêncio em nome da memorização de um prazer sexual realizado e indefinidamente reconstruído.

Outro ponto que deve ser valorizado é a estranha capacidade do objeto de satisfazer a Eros e a Tânatos simultaneamente, facilitando uma fusão momentânea, que só é possível em função do investimento destes objetos particulares. Nos casos da paixão, o objeto e a finalidade parecem investidos por

duas metas pulsionais que se mantêm antinômicas e paralelas. Graças ao encontro com estes objetos particulares – o jogo, a droga, o corpo do outro -, será operada uma fusão momentânea fonte de um prazer que tem como causa a solução sempre frágil do conflito que opõe Eros e Tânatos:

Sabemos que para Freud a fusão pulsão sexual-pulsão de morte define uma ‘operação química’ que é obra de Eros, é Eros quem vai tentar submeter aos seus próprios fins uma parte da energia nas mãos de Tânatos. Eros só pode realizar esta tentativa transformando uma parte dos objetivos visados por Tânatos, sexualizando-os ou narcisizando-os (Aulagnier, 1979: 185).

Aulagnier deriva duas conseqüências dessa fusão pulsional que merecem atenção: a primeira deve-se ao fato de que o seu sucesso conduz a uma aliança entre a meta narcísica e a meta sexual, entre o investimento do espaço psíquico e o investimento do espaço corporal, entre o funcionamento do pensamento e o funcionamento do corpo, entre o prazer ligado à atividade do pensamento e o prazer ligado à atividade sexual. “É ao preço deste conjunto de ‘fusões’ ou deste conjunto de ‘alianças’ que viver psiquicamente, sexualmente e fisicamente pode ser fonte de prazer porque pode ser acompanhada de uma redução ao silêncio do conflito que redundaria na antinomia própria a Eros e a Tânatos” (Aulagnier: 1979: 186). A segunda diz respeito ao fato de a fusão pulsional ser semelhante à fusão entre os investimentos relativos ao corpo e ao espaço psíquico, ao funcionamento sexual, ao funcionamento do pensamento, ao investimento do Eu e ao investimento do corpo que ele habita:

Uma vez tomando o seu lugar na cena psíquica, o Eu passa a ter a incumbência de administrar parte da energia libidinal que ele pode dispor. Sua possibilidade de experimentar prazer sem pagar com um excesso de sofrimento fruto de um estado conflitual muito intenso pressupõe que ele conseguiu preservar o investimento dos dois lugares e das duas formas de prazer ‘fusionado’, o prazer e o espaço do pensamento, o prazer e o espaço do corpo” (Aulagnier, 1979: 186).

Sendo assim, amar e ser capaz de investir o amado experimentando prazer requer um auto-investimento prévio que, por sua vez, pressupõe um trabalho de fusão pulsional já realizado.

O que ocorre neste tipo particular de patologia que Aulagnier denomina como passional é o risco sempre presente do rompimento desta fusão, ou seja, risco de rompimento da aliança entre a meta narcisista e a meta sexual. Como

vimos, o corpo e o Eu do outro são os dois primeiros representantes da realidade para o Eu nascente, são a primeira posse – origem e condição de prazer do Eu. A partir deste capital de prazer assegurado, o Eu é capaz de lançar-se em direção a novos investimentos, reforçando o seu projeto identificatório e, com isso, o tempo futuro.

A fusão pulsional só é possível se Eros encontra objetos nos quais possa investir, objetos que não são antinômicos à satisfação narcísica de certo número de ideais que, não só estão presentes em qualquer sujeito, mas cuja ausência indicaria um estado perigosamente patológico. Se estes objetos desaparecerem ou se exigirmos do sujeito um investimento em ações e ideologias que ele recusa, o sujeito não terá mais objetivos para oferecer a Eros, deixando livre o caminho para Tânatos. A partir daí, estabelece-se uma desfusão entre o desejo de não desejo, próprio à meta de Tânatos, e a necessidade de investir e preservar-se vivo referente à meta de Eros.

A partir da escuta em análise de sujeitos que estabelecem relações do tipo passional, Aulagnier apresenta uma série de fatores que justificariam tal escolha. Ela supõe que, “enquanto se considera apenas a primeira fase da vida psíquica, estes sujeitos não parecem ter encontrado um problema particular. (...) “começaram investindo o prazer sensorial de maneira inteiramente adequada”. Além disso, estes sujeitos teriam encontrado um “ambiente psíquico familiar satisfatório”, que lhes permitiu “apropriar-se dos pensamentos com função identificatória, os quais reconhecem seu direito a um projeto identificatório”. O prazer torna-se fonte de conflito quando o Eu vê-se obrigado a separar o prazer imediato - fruto da satisfação das necessidades do corpo ou da atividade de pensar -, do prazer que se apresenta como um prazer que deve ser adiado. É como se, para estes sujeitos, toda espera de prazer fosse insuportável porque vivida com a certeza de que este prazer será recusado. “Agora ou nunca” é o “ou... ou...” que caracteriza a relação destes sujeitos com o prazer (Aulagnier, 1979: 163).

Este “ou... ou” é encontrado na relação do Eu com a sua própria atividade de pensamento e seu próprio espaço corporal: ou bem se goza do pensamento, e as demandas do corpo são vividas como um adversário que deve ser silenciado ou se goza do corpo e, a atividade de pensamento fica reduzida ao silêncio. A aliança entre as exigências do corpo e as do pensamento só é possível quando se consegue

fazer do prazer de um desses dois registros o que responde a uma necessidade para o outro.

Desta forma, no lugar de uma fusão pulsional, somos confrontados com uma antinomia entre dois espaços, dois prazeres e dois objetivos: Eros e Tânatos apropriam-se de um dos dois territórios na esperança de conseguir invadir o outro. Este estado de conflito seria insuportável se não fosse pontilhado por momentos de trégua que permitem o encontro com um objeto, com um objetivo, com uma atividade, cuja estranha particularidade é ser capaz de satisfazer simultaneamente a meta de Eros e a meta de Tânatos. A vivência passional traz a ilusão de uma possível aliança pulsional, aliança e ilusão, entretanto, de curta duração, sempre a ser reconstruída e reencontrada.

Violante (2001) faz uma observação extremamente importante que corrobora minha impressão de que alguns destes fatores apresentados por Aulagnier contradizem certas formulações suas, particularmente, sua concepção de potencialidade polimorfa (1984) e as conseqüências (drogadição e anorexia) do que ela designa como o “traumatismo do encontro” (1986):

Questiono a existência de um ‘ambiente psíquico familiar satisfatório’ e a ocorrência de ‘certo superinvestimento do prazer sensorial’ não somente devido às contradições acima referidas, mas também porque, ao abordar a alienação nesta mesma obra, Aulagnier a atribui a acontecimentos singulares da vida do sujeito que ‘erodiram sua tolerância ao conflito’, concebendo-a como uma das manifestações (ao lado das relações passionais) de um conflito identificatório alojado no interior do Eu e entre o Eu e seus ideais’ (Violante, 2001: 129).

Além disso, e curiosamente, a própria Aulagnier, em uma das últimas seções do livro de 1979, intitulada “O desejo de alienar ou a indução passional” oferece outra chance de apontar a sua contradição. Neste momento, a preocupação da autora é com os sujeitos que induzem uma relação passional. Ela formula suas hipóteses, mais uma vez, convocando a clínica. Assim, apresenta um caso - ainda em curso - que será transcrito porque ilustra as duas facetas desta relação que vem sendo examinada até então.

Antes de apresentar o fragmento clínico, ela faz uma observação importante: o discurso do Sr. X – designação do cliente – soava à analista como o eco de outros discursos ouvidos com muita frequência. Estes discursos são as narrativas daqueles que lhe falavam do objeto de suas paixões e da causa de seu

sofrimento. Ao ouvir o Sr. X, Aulagnier escutava o eco do discurso dos sujeitos apaixonados, na medida em que, no discurso do próprio – o Sr. X, indutor de paixões -, o sofrimento aparentemente não existia.

Trata-se de um homem de 38 anos que foi procurar análise em função de uma insônia que não cedia aos sedativos, comprometendo uma vida profissional muito bem sucedida. Seu sucesso profissional obrigava-o a levar uma vida movimentada que estava sendo prejudicada pela angústia que o acometia. Ele é um homem muito inteligente, que fala de si, de sua história e de suas relações demonstrando uma grande lucidez. Contudo, a analista sentia algo que não conseguia precisar muito bem: algo no contexto soava falso. Ficou impressionada com a presença da morte na sua história infantil e, mais tarde, em sua vida amorosa. Foram exatamente esses fatos que a levaram a aceitar seu pedido de análise, na medida em que experimentou um sentimento de mal-estar em diversos momentos das entrevistas.

Aos 14 anos o Sr. X perdeu a mãe num acidente de carro. Seu pai morreu dois anos depois vítima de um enfarte. Seu irmão, dois anos mais jovem, morreu num acidente de avião. A reação do Sr. X a estas mortes consecutivas chamou atenção de Aulagnier. Apesar de ela não se autorizar a falar da ausência total de um processo de luto, nem de anestesia afetiva, ela tinha a impressão – confirmada ao longo da análise – de que cada uma destas mortes era “apenas a inscrição na realidade de um luto e de uma morte que ele ‘já teria vivido’. ‘Minha mãe, disse-me ele, morreu para mim quando eu tinha 7 anos’” (Aulagnier, 1979: 232).

De fato sua mãe viajara para os Estados Unidos nessa época para passar férias com a família. Estas férias duraram quase um ano e não foram interrompidas nem quando ela soube que o Sr. X havia quebrado o braço numa queda de cavalo. Este jamais a perdoou, e foi durante esta ausência que ele parece ter realizado ‘antecipadamente’ um processo de luto em relação à mãe. O mesmo processo repetiu-se em relação ao pai: o luto da imagem paterna foi vivido no momento do divórcio dos pais, logo depois da volta da mãe.

Além destas perdas absolutamente fundamentais na vida do Sr. X, Aulagnier chama atenção para os acontecimentos que marcaram a vida amorosa de seu cliente e, mais ainda, a sua maneira de reagir. Ele teve as primeiras relações sexuais aos 16 anos, quando ia passar as férias no campo na casa dos

avôs. Aventuras sem maiores problemas, sempre com o cuidado de evitar a gravidez das moças.

Aos 23 anos, quando entrou no último ano da faculdade, ficou noivo de uma jovem por quem – diz ele – pensava estar muito apaixonado. O futuro sogro exigiu que o casamento só se realizasse no fim de seus estudos, ocasião em que, de acordo com o desejo do sogro, deveria coincidir com a entrada dele no seu renomado escritório de advocacia. Contudo, dois meses antes de defender a sua monografia, decidiu que, após fazê-lo, mudaria de orientação. Ao mesmo tempo, sem fazer nenhuma associação enquanto comunicava isto à analista, disse que, de repente, a idéia de casar e de “se fixar” (sic.) lhe pareceu insuportável. Assim, rompeu imediatamente o noivado. A ex-noiva morreu um mês depois num desastre de carro que não ficou esclarecido se foi acidente ou suicídio. Ele nunca se colocou esta questão, e este fato jamais o afetou realmente.

Aos 28 anos teve uma relação que durou três anos com uma mulher casada e mãe de dois filhos. O meio social da mulher e a vida muito atribulada do Sr. X dificultavam os encontros. Contudo, estes fatos não impediam que ela sempre conseguisse encontrar um jeito de estar livre quando ele (grifo da autora) estava disponível. Mais uma vez ele interrompeu bruscamente esta relação quando a sua amante lhe comunicou que havia pedido o divórcio, que estava só e disposta a esperá-lo o tempo que fosse necessário para que ele a amasse verdadeiramente. Esta ruptura teve uma conseqüência trágica: a mulher suicidou-se algumas semanas depois.

Desta vez o Sr. X não ignorou a relação de causa e efeito mas disse ingenuamente: “que outra coisa poderia fazer senão dizer-lhe desde o início que não queria nada mais do que pedia”? Alguns anos mais tarde, mais ou menos o mesmo cenário repetiu-se. Desta vez, as conseqüências não foram tão dramáticas, apesar de ainda assim terem sido graves para a sua parceira.

Há três anos o Sr. X vive outra vez o mesmo tipo de relação com uma mulher que parece suportar melhor sua própria paixão por ele, pelo menos até o momento em que Aulagnier escreveu o caso. No intervalo entre essas diferentes relações e também durante ele tem aventuras que duram alguns dias ou semanas, nas quais ele parece ser um parceiro sedutor, que valoriza o gozo da parceira e faz o possível para que o prazer seja compartilhado, assegurando-se, assim, de seu próprio valor e mestria no registro do gozo e do fazer gozar.

Após a apresentação do caso, Aulagnier tece uma série de considerações que corroboram minha hipótese acerca desta terceira saída para o conflito identificatório, qual seja: que as relações passionais e a alienação são, em última instância, uma resposta àquilo que Aulagnier (1975) designou como “violência secundária”. Nas últimas páginas de “Os destinos do prazer” (1979), ela apresenta de forma bastante clara a idéia de que a relação passional é fruto da violência sofrida pelo sujeito em suas relações mais fundamentais.

Voltando ao caso acima relatado, Aulagnier enfatiza um ponto que a impressionou sobremaneira: a capacidade do Sr. X para separar totalmente o registro do prazer sexual do registro dos afetos, sem precisar recorrer a uma desvalorização – pelo menos conscientemente – da parceira. “Encontram-se, gostam-se, gozam-se e dizem ‘Adeus’ sem história, sem sofrimento, sem memória” (Aulagnier, 1979: 234).

A partir daí, a autora levanta algumas questões interessantes, na tentativa de construir hipóteses mais gerais: o que acontece durante a relação com estas mulheres que, desde a primeira noite, ele percebeu que iriam amá-lo apaixonadamente, para quem ele seria este outro indispensável, cuja ausência seria fonte de sofrimento, cujo abandono seria fonte de morte, e cuja presença, fonte de uma alegria sem limites? Por que, nestes casos, a ruptura se produziu depois de alguns anos e não algumas semanas? Será que, inconscientemente, ele organiza-se para que a sua rejeição não ocorra antes do momento em que alguma coisa nele tenha se esgotado, saturado? Será que o momento da ruptura coincide com o momento em que o sujeito poderia reconhecer ter necessidade de ser para o outro este objeto de necessidade? Estrutura narcísica? (Aulagnier, 1979: 235).

Na medida em que ela não se satisfaz com a hipótese de uma estrutura narcísica – apesar de concordar que os investimentos narcísicos têm um papel preponderante nesses casos -, ela constrói novas hipóteses, a partir, inclusive, de outras situações clínicas, sobretudo aquelas que se desenrolam com as pessoas que vivem uma paixão e que, segundo a autora, freqüentam mais o analista. Desta forma, ela define os traços que parecem particularizar o tipo de problemática presente nos sujeitos que têm o poder e o desejo de submeter o outro, induzindo nele uma relação passional:

- a capacidade de obter o prazer narcísico ligado a um poder, a um domínio e um sucesso que são exercidos no campo social, através de formas que lhe asseguram a

sua valorização perante os outros. Há um “prazer do poder” que é vivido intensamente e não tem ligação direta com o prazer sexual.

- a possibilidade, como vimos com o Sr. X, de “purificar” o prazer e o gozo sexual fazendo a economia quase total do componente afetivo que deveria acompanhá-lo. Estes sujeitos – e este mecanismo faz parte da atração que eles podem exercer -, por um lado vão reificar, fetichizar os corpos que eles encontram, considerando-os apenas como instrumento necessário de seu gozo: por outro lado, levam em conta o prazer da parceira. Esta falsa partilha dá ao parceiro a ilusão de que ele foi escolhido enquanto sujeito singular quando, na realidade, ele é apenas um instrumento necessário à valorização do outro enquanto amante ‘excepcional’. O parceiro é investido por um tempo efêmero, fruto de um investimento pontual, no qual os “pseudópodes” se retraem tão logo o encontro termine. Esta espantosa aptidão para o desligamento de todo laço libidinal e afetivo torna inexistente o risco de se ter que fazer um trabalho de luto.

- o parceiro não é escolhido ao acaso, mas é eminentemente substituível. Ele deve ter uma característica sem a qual não poderia ocupar o seu papel: aceitar responder imediatamente ao desejo que ele suscitou. Os sujeitos indutores da paixão são incapazes de manter, de investir, de aceitar a espera de um prazer e eles possuem a vantagem de desinvestir todo desejo se não puderem gozar tão rápido quanto esperam. Esta característica também está presente nos sujeitos que vivem uma paixão, mas nestes últimos, a impossibilidade de adiar o prazer depende da certeza de que ele será recusado. No caso dos indutores da paixão, o que é recusado na espera é o risco de reconhecer que o desejo e o prazer que esperam dependem do desejo e do prazer de outro.

- no que diz respeito à relação destes sujeitos com o inconsciente, parece haver um tipo de clivagem que lembra a estrutura perversa. Por um lado, eles mantêm um acesso mais livre que os demais à ‘fantasmática’ sexual, uma espécie de abertura às representações pulsionais que provam que eles puderam evitar, neste setor, todo excesso da atividade do recalque. Mas esta abertura é contraposta a um total fechamento no que se refere ao reconhecimento de uma causalidade inconsciente à qual estaria submetido o prazer, sua ação e seus pensamentos. O inconsciente fica como uma palavra vazia, um não-existente ou então uma força que eles pretendem conhecer. Esta negação de uma parte deles mesmos que eles poderiam não conhecer e, por isso, não dominar, tem conseqüências particulares

sobre a sua problemática identificatória: nestes sujeitos é o “desempenho do ato” que se torna a cada vez a explicação exaustiva e sem falha daquilo que foi a sua causa. “Sou o que faço” poderia ser o lema deles (Aulagnier, 1979: 236-8).

Um último traço é destacado pela autora: o desejo de domínio, de poder que visa muito mais a apropriação de novos objetos do que a transformação dos que se possui. Esta é a forma que estes sujeitos encontram para se defender do sofrimento e do luto. No entanto, esta defesa não é sem conseqüência. Através deste mecanismo, estes sujeitos vivem uma realidade que parece um deserto e que só é habitável enquanto se lançam em uma ‘corrida desenfreada’ que os impede de tomar conhecimento de todos os objetos que abandonam durante este percurso. Além disso, se nenhum sofrimento, acidente, obstáculo, quiçá, um compromisso afetivo é capaz de fazê-los parar, o conjunto dos lutos não realizados poderia levá-los a uma depressão ou ao desenvolvimento de defesas maníacas.

Diante desse quadro, Aulagnier se pergunta: o que representa na vida destes sujeitos a presença de uma paixão? Por que eles a induzem? Qual o prazer que daí resulta? Por que a escolha sexual só está irremediavelmente vinculada a parceiros indiferentes, “anestesiados” como eles ou às pessoas que sofrem de uma “patologia” passional dos investimentos? Ela constrói uma hipótese para tentar responder estas questões: conseguindo ser objeto da paixão de outro, eles conseguem, por seu intermédio, participar de uma experiência de excesso (de amor, de sofrimento, de espera e de investimento), mas, sobretudo, conseguem assegurar-se, através do sofrimento do outro, de seu domínio no campo dos afetos.

O indutor da paixão ocupa mais o lugar de espectador do que o de ator. É como se ele consentisse em viver uma relação na qual ele pretende ter uma responsabilidade muito pequena. Seus parceiros lhe asseguram que ele é indispensável para que o drama possa ser representado, mas que a peça pode continuar a acontecer mesmo na ausência dele, uma vez que durante este tempo eles repetem um monólogo que narra a espera, o sofrimento e a privação resultantes desta ausência (Aulagnier, 1979: 239).

Enfim, para os indutores da paixão, o lugar de objeto da necessidade está assegurado por um excesso de investimento, independente do que ele faça. Ele pode existir enquanto objeto pensado quando está ausente e continuar a ser pensado como único, indispensável e absoluto. Assim, ele está protegido de encontrar a cena vazia quando ele quiser retornar. Mas o traço mais importante e

que melhor esclarece a economia libidinal destes sujeitos, de acordo com Aulagnier, é a sua impossibilidade de fazer um trabalho de luto que os colocaria diante do risco de terem que recorrer a defesas psicóticas ou somáticas ou, ainda, à depressão.

Embora mais uma vez Aulagnier tenha chamado atenção para a impossibilidade destes sujeitos de realizar um trabalho de luto, senti falta de uma articulação entre esta ‘característica’ tão destacada por ela, e a apresentação do caso. Fiquei me perguntando por que a autora não fez uma última menção ao caso articulando as perdas do Sr. X. com este funcionamento passional. Jamais terei essa resposta. Sendo assim, cabe a mim fazer esta “falta” trabalhar.

Aulagnier apresenta um fragmento clínico que remete aos relacionamentos supostamente contemporâneos, os quais, como vêm sendo amplamente discutido nos mais diversos meios, são marcados pelo efêmero, pelo não-compromisso com o parceiro, pela impossibilidade de adiar a obtenção de prazer, pela liberdade sexual aliada a um ressecamento afetivo, isto é, uma série de características que encontramos nas relações passionais descritas por Piera Aulagnier. Será que isso nos autoriza a afirmar que os sujeitos contemporâneos são mais propensos a construir relações passionais? Conforme acabamos de aprender, embora a preocupação de Aulagnier gire em torno da problemática psicótica, sua sensibilidade clínica não a impediu de perceber a emergência de outro quadro que, possivelmente em função de sua insistência, fez com que a autora se debruçasse sobre ele construindo a categoria das relações passionais. Esta construção, elaborada nos idos dos anos 70, está inserida num contexto em que a preocupação com as mudanças nas demandas clínicas era a tônica.³² Este foi um momento em que o olhar sobre os “casos-difíceis” ou “casos-limite” começou a ampliar-se. Contudo, lembra Schargel Maia (2003) “é preciso não perder de vista que os ditos ‘casos-difíceis’ não se constituem como uma novidade contemporânea. (...) desde os primórdios da psicanálise, eles já existiam” (Schargel Maia, 2003: 20). Esta constatação leva a autora a formular uma idéia que me é muito cara: mais do que propriamente a emergência de novas patologias, o que assistimos hoje é a abundância das mesmas. Esta idéia faz todo o sentido se for considerado que, com a difusão da psicanálise na cultura, a gama de pessoas que pode ter acesso a uma

³² Vide André Green, conforme citado no primeiro capítulo desta tese.

análise é muito maior do que nos tempos de Freud. Além disso, os espaços de troca entre os psicanalistas – em número muito maior atualmente - facilita que os impasses vividos na clínica de cada um circulem de tal forma que a sensação de estarmos sendo procurados por sujeitos cujo sofrimento não se enquadra no arsenal teórico de que dispomos até então é muito forte, sendo, inclusive, muitas vezes fonte de angústia para os psicanalistas.

Não se pode negar que os sujeitos apresentam-se hoje de formas diferentes. É muito importante, contudo, não tentar dar conta das próprias angústias, quando confrontados com esta diferença, reduzindo a potência deste encontro através de categorias pré-formuladas. Sabe-se que a discussão sobre os limites entre estrutura e conjuntura é bastante antiga no cenário psicanalítico e, se ela existe até hoje, é porque não é de fácil solução.

Apesar da difusão das idéias psicanalíticas na cultura, não é incomum, quando um cliente vem me procurar, que ele não saiba o que vai encontrar. Cabe ao analista trabalhar para que esse sujeito possa situar-se diante desse novo espaço, aprendendo sobre o processo analítico. Esse trabalho envolve a instauração do dispositivo analítico através do ato do analista. É preciso comunicar ao cliente que tudo o que ele disser será importante para a sua análise, assim como a valorização de seus sonhos e atos falhos.

É o amor de transferência que move o tratamento e, em nome dele, os analisandos investem os sonhos de interesse, como via régua de acesso ao inconsciente. Sabe-se que os clientes sonham para os seus analistas. Se os analistas desistem da psicanálise, seus clientes não podem mais transferir, sonhar e, conseqüentemente, entrar em análise! Considero mais interessante o ‘convite’ de Octavio Souza³³ para que os analistas saiam de seus “guetos”, dispondo-se a ampliar a interlocução entre as diferentes correntes de pensamento que compõem o campo psicanalítico.

³³Anotação pessoal a partir de uma palestra proferida pelo mesmo num ciclo de debates promovido pela SPID em 2006 cujo tema foi “Os psicanalistas que nos tornamos hoje”.